

**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FRANCA – SP**

**1 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE
2 FRANCA – 03 DE FEVEREIRO DE 2022**

3 Aos três (03) dias do mês de fevereiro dois mil e vinte e dois (2022), às oito horas e dez minutos (08h10), iniciou-se a
4 segunda (2ª) Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Franca, que foi realizada de
5 forma virtual pela plataforma de videoconferência da prefeitura, link de acesso:
6 <https://conferencia.franca.sp.gov.br/b/mar-ykc-nly-hxr>. A reunião foi coordenada pelo presidente e representante
7 titular da sociedade civil, representando as Organizações de Trabalhadoras e Trabalhadores da Assistência Social,
8 Senhor Óiter Cassiano Marques. Estiveram presentes na reunião dezesseis (16) conselheiros(as), sendo oito (08) da
9 Sociedade Civil e quatro (08) do Poder Público, com (as)os seguintes **Conselheiros(as) Titulares:** Ketelin-Ricardo
10 Berbel Martins, Rute Alves Silveira, Viviane Cristina Silva Vaz, Alessandra Aparecida da Silva, Óiter Cassiano
11 Marques, Luzia Regina Alves, Roberta Pucci de Melo, Ana Paula Pinto Marafiga Ribeiro, Jandira de Almeida Ramos,
12 Jussara Barreto, Andréa Fernanda de Faria e Sousa, Sílvia Helena Bertolino dos Santos e Leandro Ferreira.
13 **Conselheiros Suplentes na Titularidade:** Rafael Murari Oliveira. **Conselheiros(as) Suplentes:** Yheda Maria Lanes
14 Gaioli e Éder Furtado Ribeiro. A pauta da reunião, após aprovação, foi a seguinte: **4. Assuntos – 4.1 – Apresentação**
15 **da Prestação de Contas Final – 2021 e Proposta de Reprogramação de Saldos (Recursos da Esfera Estadual) para**
16 **Deliberação do colegiado (RECONDUZIDO PARA A PRÓXIMA REUNIÃO ORDINÁRIA); 4.1 - Apresentação**
17 **do Relatório e Parecer do colegiado sobre inscrição de novo serviço da Entidade Sociedade dos Cegos (serviço de**
18 **acolhimento de crianças e adolescentes); 4.2 – Apresentação de relatório e parecer sobre visitas de**
19 **acompanhamento, para deliberação do colegiado: 4.3.1 - LASEP – Centro Dia 1 e 2 (Jandira e Óiter); 4.3.2 – FEJI**
20 **– SCFV – idosos e crianças e adolescentes (Laura e Rute).** O Presidente Óiter iniciou a reunião cumprimentando
21 os(as) conselheiros(as) presentes e solicitou a verificação do quórum e a chamada. Verificado e confirmado o quórum,
22 com a presença de quatorze (14) conselheiros(as) titulares ou suplentes na titularidade. Em seguida foram
23 apresentadas as justificativas de ausência dos(as) seguintes: Rosemary Aparecida de Oliveira, Patrícia Regina Dupim,
24 Marcia Tomie Nakao, Wagner José de Oliveira, Lais de Carvalho Souza, Carlos Eduardo dos Santos, Loren Lorrany
25 Duarte, Sulia das Neves Nascimento, Simone Martins Ramos, Gisleide Branquinho Ramos, Karla Regina Messias
26 Oliveira e Susana Mendes de Carvalho. Também foi confirmado o quórum necessário de leitura antecipada da ata da 1ª
27 Reunião Extraordinária, que foi aprovada sem alterações. Logo após, foi lida a pauta, que também foi aprovada com a
28 recondução do item **4.1 – Apresentação da Prestação de Contas Final – 2021 e Proposta de Reprogramação de**
29 **Saldos (Recursos da Esfera Estadual) para Deliberação do colegiado**, para a próxima reunião ordinária do CMAS,
30 dia 10 de fevereiro. Em justificativa a essa recondução, a conselheira Jandira de Almeida Ramos pontuou que o
31 assunto será apresentado na próxima Reunião Ordinária do dia 10 de fevereiro, uma vez que a DRADS ainda não
32 realizou a revisão e devolutiva sobre as informações de Prestação de Contas e Reprogramação de Saldos que foram
33 enviadas pela Gestão. Após justificativas, o colegiado deliberou pela recondução do item 4.1. Assim, logo após,
34 iniciou-se a discussão do primeiro item da pauta, que passou a ser o **4.1 - Apresentação do Relatório e Parecer do**
35 **colegiado sobre inscrição de novo serviço da Entidade Sociedade dos Cegos (serviço de acolhimento de crianças e**
36 **adolescentes)**; O presidente fez a leitura do assunto e passou a palavra para a conselheira Josiane Aparecida Antunes

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

37 de Campos que realizou a visita e análise da documentação em conjunto com a conselheira Alessandra Aparecida da
38 Silva. Josiane disse que foram feitas visitas em duas Casas Lares e um Abrigo e foram recebidas pelos coordenadores
39 dos serviços. Em seguida, fez a leitura do relatório, informando que os serviços são destinados a crianças e
40 adolescentes em situação de violação de direitos, sendo ele referenciado ao CREAS. Destacou que alguns espaços não
41 contam com acessibilidade e esse é um ponto dificultador, que merece atenção da Entidade e Gestão. Após a leitura
42 do relatório, a conselheira Viviane Ribeiro, fez um questionamento a respeito do transporte e o mobiliário utilizado.
43 Em que a conselheira Josiane respondeu que as Casas Lares contam com um automóvel “Gol” e possui um motorista
44 disponível e o abrigo possui uma “Perua”, também com motorista. Com relação ao mobiliário disse que alguns
45 equipamentos foram repassados pela Osc que executava anteriormente. A conselheira Alessandra disse que a entidade
46 está adquirindo alguns móveis e utensílios que estavam quebrados ou em mau estado de conservação. Outra questão
47 levantada pela conselheira Viviane foi em relação a apresentação ao CMAS sobre o processo de transição do serviço
48 de acolhimento, pontuando que esse momento não aconteceu, porém, alguns conselheiros lembraram que essa
49 apresentação já ocorreu, em uma reunião no final do ano passado. A Secretária Executiva Maria Amélia informou que
50 encaminhará a ata da reunião para a conselheira e lembrou que o IJEPAM ficou de encaminhar um relatório
51 registrando todo o processo. A conselheira Yheda pontuou que todos os documentos oficiais já foram entregues e que
52 esse documento que será encaminhado é apenas um registro histórico do processo e está em construção. Ao final, a
53 conselheira Josiane, acrescentou que o serviço iniciou-se no dia 28 de outubro, ou seja, faz três meses que o mesmo
54 está sendo ofertado. Finalizada a apresentação e não havendo mais considerações e questionamentos, o presidente
55 Óiter solicitou o parecer dos conselheiros em relação a inscrição deste serviço, em que o colegiado deliberou pelo
56 deferimento da inscrição. Passando assim ao próximo item **4.2 – Apresentação de relatório e parecer sobre visitas de**
57 **acompanhamento, para deliberação do colegiado: 4.2.1 - LASEP – Centro Dia 1 e 2 (Jandira e Óiter);** A visita foi
58 realizada pelos conselheiros Oiter e Jandira e os Relatórios foram encaminhados por e-mail aos conselheiros e lidos
59 pela Jandira na reunião. A mesma pontuou que as visitas nas duas unidades foram realizadas no dia 26 de novembro
60 de 2021 e que foram recebidos pelo psicólogo, na Unidade 2 e pela coordenadora, na Unidade 1. O serviço executado
61 é na modalidade de Centro Dia do Idoso, atendendo aproximadamente 30 usuários em cada unidade. Ao final da
62 leitura dos Relatórios, apresentou o parecer que destaca como pontos dificultadores a questão do não oferecimento de
63 transporte aos usuários, que fica a cargo da própria família. Outro ponto de destaque foi com relação à carga horária
64 dos profissionais de serviço social, terapia ocupacional e psicologia, que atualmente é de 15 horas semanais, porém a
65 instituição pontua a necessidade de ampliação para 30 horas, uma vez que possibilitaria uma maior atenção aos
66 usuários bem como o acompanhamento junto as famílias desses idosos. O presidente Óiter questionou se havia algum
67 questionamento ou consideração e caso não houvesse se poderia deliberar. A conselheira Viviane, pontuou que as
68 questões apontadas demandam custos e assim deve-se verificar se os recursos financeiros da organização contemplam
69 essas demandas, pois as instituições seguem o termo de chamamento público, não possuindo recursos próprios para
70 atender as demandas mencionadas. A conselheira Jandira disse que com relação a ampliação de carga horária, outras
71 instituições já pontuaram algumas vezes, havendo a necessidade de ser analisada. Com relação ao transporte
72 manifestou a importância de que seja viabilizado em todos os serviços, havendo a necessidade de se avaliar nos

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

73 próximos chamamentos, porém para isso necessita de cofinanciamento regular e adequado dos entes. Óiter manifestou
74 que, enquanto conselho, cabe apontar essas demandas para o Órgão Gestor que avaliará a viabilidade ou não.
75 Alessandra salientou sobre a importância de rever a carga horária de profissionais técnicos e a questão do transporte
76 ser uma pauta urgente. A conselheira Josiane expôs que até pouco tempo as entidades que executam serviços de
77 Centro Dia, não podiam ofertar o transporte ao idoso, exemplificando uma situação em que a Casa São Camilo foi
78 chamada pela Secretaria que informou que a mesma não poderia oferecer esse serviço. A conselheira Viviane
79 complementou que essa situação também ocorreu na APAE, que teve que justificar a oferta do transporte,
80 encaminhando listas de usuários, destacando que alguns usuários não conseguem se deslocar sem o apoio da
81 instituição. Disse que um dos grandes gargalos da assistência social é a ausência de transporte, situação que sempre
82 aparece nas conferências, mediante relatos de usuários. Pontuou a necessidade de demonstrar isso ao governo
83 Estadual e Federal, pois o município tem arcado com a maioria do financiamento. A conselheira Roberta disse que o
84 serviço de transporte é importante, como ação complementar, porém a entidade não pode cobrar por esse serviço. Não
85 havendo outras manifestações, Maria Amélia consultou o colegiado se já poderia encaminhar o relatório com o
86 parecer e recomendações apontadas nele para a entidade e gestão. Mediante dúvida se encaminharia neste momento
87 ou após a apresentação de todos os relatórios de visitas, ficou definido que com relação as unidades estatais o envio
88 será ao final, porém com relação às entidades, os relatórios serão encaminhados individualmente para a entidade e
89 gestão. Dando seguimento a reunião com o item 4.2.2 – FEJI – SCFV – idosos e crianças e adolescentes (Laura e
90 Rute). As visitas aos serviços de convivência da Fundação Espirita Judas Iscariotes – FEJI, foram realizadas pelas
91 conselheiras Laura e Rute. Os relatórios foram lidos pela Laura que informou que as visitas foram realizadas no dia
92 14 de janeiro pela manhã e a tarde nas unidades de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Adultos e
93 Idosos – SCFVAI das Regiões Leste e Centro e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Adultos e
94 Idosos – SCFVCA, da Região Leste. Disse que as metas de atendimentos estão sendo cumpridas e algumas estão
95 atendendo acima da meta. Dentre os principais aspectos positivos pontuados com relação aos serviços destacam-se: a
96 reorganização dos serviços garantindo a execução das atividades na pandemia; a participação de trabalhadores nos
97 conselhos (COMDECON, CMDCA ou COMUPI); a inclusão de pessoas com deficiência nos serviços e a oferta do
98 transporte facilitou a participação de adolescentes de bairros distantes e da zona rural. Já com relação aos principais
99 aspectos dificultadores, destacam-se: a não utilização do sistema GESUAS; a não acessibilidade em alguns espaços; a
100 falta de manutenção e de reparos; a falta de placa de identificação com a indicação do serviço executado e da parceria
101 com o poder público e a não realização de atividades com os usuários nas segundas-feiras, no período da manhã, em
102 duas unidades. Laura destacou a importância da participação da representante de usuários, ao que a conselheira Rute
103 agradeceu por poder realizar esse trabalho e que está aprendendo muito enquanto conselheira do CMAS. A
104 conselheira Viviane questionou sobre como é feito o atendimento com os usuários cadeirantes por conta da falta de
105 acessibilidade, em que a conselheira Laura respondeu que esse usuário não tem acesso à recepção contudo consegue
106 estar nos outros ambientes. Assim, foi exposto pela conselheira Viviane a necessidade de demonstrar essas questões
107 de acessibilidade nos Chamamentos Públicos para dar garantia de inclusão para todos os usuários. A Secretária
108 Executiva Maria Amélia questionou sobre o motivo da não utilização do GESUAS pela entidade, o que Laura

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FRANCA – SP

109 respondeu que utilizam um sistema próprio, sendo esta uma determinação da própria entidade. Mediante
110 questionamento sobre a não realização de atividades nas segundas-feiras de manhã, se este não seria o momento de
111 planejamento, Laura explicou que o planejamento acontece às sextas-feiras. A conselheira Jandira, expôs a sua
112 preocupação da entidade não utilizar o sistema GESUAS, sistema que foi criado com uma participação intensa do
113 próprio colegiado como uma necessidade, sendo essencial a implementação desse sistema para o monitoramento da
114 rede. Viviane pontuou que estava prevista uma reunião entre as OSCs e a equipe da Gestão para alinhar todas as
115 questões relacionadas ao sistema, que não ocorreu. Foram feitos apontamentos sobre a não utilização do GESUAS por
116 algumas entidades, com o relato de que as justificativas são: a garantia da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a
117 questão da carga horária reduzida dos trabalhadores o que dificulta a alimentação do sistema e também o sistema
118 próprio de algumas entidades. O presidente Óiter questionou se existe algum impedimento legal a respeito da não
119 utilização do sistema GESUAS pois teve o entendimento que essa é a preocupação da entidade, se no caso a gestão
120 pode exigir essa utilização. Jandira disse que não tem essa informação, porém salientou que essa é uma ferramenta
121 que faz parte do processo de parceria. A conselheira Viviane reiterou que o colegiado precisa pensar em uma
122 perspectiva educativa de sensibilização e não de punição ou restritiva, pois participou de uma reunião para tratar dessa
123 questão para prosseguimento do serviço, contudo não conseguiram chegar a nenhum consenso. A conselheira Ana
124 Paula disse que são poucas as instituições que não utilizam o GESUAS, o que ocorre é que essas executam diversos
125 serviços, destacando que até mesmo as entidades não cofinanciados já se utilizam do GESUAS. Dando sequência o
126 presidente questiona se estes são as principais apontamentos que devem constar como recomendação à entidade e
127 Laura confirmou. Finalizando, Maria Amelia, questionou se o colegiado recomendará o uso do GESUAS e se
128 recomendará também a reunião de articulação entre gestão e entidades. O presidente concorda que sim sugerindo que
129 seja feita uma reunião entre Gestão e OSCs com a participação do conselho. Laura sugeriu que tenha uma avaliação
130 das entidades que utilizam do sistema e neste caso seria um momento de sensibilizar aquelas que ainda não utilizam.
131 Óiter expôs que acredita ser interessante essa reunião com as entidades que utilizam o sistema que compartilhem as
132 suas experiências, fazendo a indicação das conselheiras Jandira e Viviane para a participação dessa reunião, sendo
133 aceito pelas duas. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada às dez horas e vinte e um minutos
134 (10h21), tendo sido gravada para consulta dos conselheiros que solicitarem. Eu, Maria Amélia Faciroli Vergara,
135 secretária-executiva deste CMAS, lavrei a presente ata, que uma vez lida e aprovada será anexada a lista de presença.

136

137

138